


PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós, abaixo assinados, membros efetivos do Conselho Fiscal da **ORGANIZAÇÃO DAS VOLUNTÁRIAS DE GOIÁS**, no uso de nossas atribuições legais estatutárias e, após examinarmos atos da gestão e respectivos documentos do exercício social de 2012, somos de opinião que as Demonstrações Financeiras relativas a este exercício estão aptas a serem aprovadas pela Assembléia Geral Ordinária dos Associados.

Goiânia (GO), 15 de março de 2013.



OTÁVIO ALEXANDRE DA SILVA
CPF: 135.177.591-04



IVAN SOARES DE GOUVEIA
CPF: 005.100.091-15



GLAUCIA MARIA TEODORO REIS
CPF: 169.165.901-06

RELATÓRIO DA DIRETORIA SUPERIOR

A Diretoria Superior da **Organização das Voluntárias de Goiás OVG**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, apresenta as demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2012.

Goiânia (GO), 31 de dezembro de 2012.



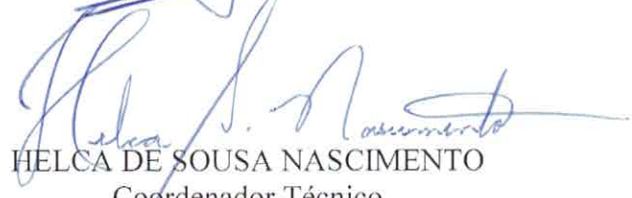
AFRÊNI GONÇALVES LEITE
Coordenador Geral



LUCIANO DANTAS
Coordenador Financeiro



CELINA SILVA DE URZÊDA
Coordenador Administrativo



HELCA DE SOUSA NASCIMENTO
Coordenador Técnico



ORGANIZAÇÃO DAS VOLUNTÁRIAS DE GOIÁS

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro
(Em Reais)

Ativo	NOTA	2012	2011	Passivo	NOTA	2012	2011
CIRCULANTE		22.645.367	20.306.641	CIRCULANTE		19.761.488	17.920.884
Bancos	4	1.341.557	6.836.280	Fornecedores (nota 7)	12	16.650.491	14.908.270
Aplicações Financeiras	4	7.605.200	2.545.795	Obrigações Sociais e Trabalhistas	13	795.822	941.518
Convênio a Receber	5	-	1.830.299	Obrigações Tributárias	13	462.964	438.238
Adiantamentos a Funcionários		862	695	Outras Provisões	14	1.852.211	1.632.858
Adiantamentos para Unidades		2.119	1.867				
Creditos a Receber	6	664	1.992				
Impostos a Recuperar		-	-	NÃO CIRCULANTE	15	2.237.294	1.643.425
Estoque	7	2.693.082	1.089.209	Obrigações Sociais (nota 9)		1.621.834	949.495
Bolsa Universitária	8	10.843.416	7.927.005	Parcelamento Paes		438.895	510.228
Despesa Apropriar	9	158.466	73.499	Pensão de Reparação Civil		176.565	183.702
NÃO CIRCULANTE		6.380.040	6.107.252	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16	7.026.625	6.849.584
Realizável a Longo Prazo	10	15.064	1.826	Patrimônio Social		6.035.419	6.035.419
Imobilizado (nota 6)	11	6.364.976	6.105.426	Superávit ou (Déficits) Acumulados		109.324	(459.946)
				Superávit / (Déficit) do Período		881.882	1.274.111
Total do Ativo		29.025.407	26.413.893	Total do Passivo		29.025.407	26.413.893

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



ORGANIZAÇÃO DAS VOLUNTÁRIAS DE GOIÁS

Demonstrações do Resultado do Período Exercícios Findos em 31 de Dezembro (Em Reais)

	<u>NOTA</u>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Receitas Operacionais		71.865.314	47.947.001
Receitas de Convênio	19	69.241.827	45.990.248
Receitas de Doações	20	2.623.487	1.956.753
Despesas/Outras Receitas Operacionais		(76.320.048)	(50.275.711)
Despesa de Atividade de Assistência Social		(42.315.577)	(19.476.425)
Despesa de Apoio a Assistência Social		(28.748.508)	(26.187.793)
Desp. Encargos Patronais INSS		(4.087.011)	(3.603.597)
Desp. Encargos SAT		(408.701)	
Desp. Terceiros		(850.414)	
Desp. Provisões s/ Férias		(1.495.790)	(1.276.437)
Depreciações		(366.141)	(360.464)
Despesas Tributárias		(55.498)	(33.383)
Receitas Eventuais Liquidadas		1.665.655	573.888
Receitas Financeiras		544.771	152.796
Despesas Financeiras		(202.833)	(64.297)
Déficits Operacionais		(4.454.734)	(2.328.710)
Outras receitas		5.346.127	3.603.597
Benefícios Obtidos-Isenções	23	5.346.127	3.603.597
Outras despesas		(9.510)	(776)
Custos das Baixas do Imobilizado		(9.510)	(776)
Superávit/Déficit do Período		881.882	1.274.111

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



ORGANIZAÇÃO DAS VOLUNTÁRIAS DE GOIÁS

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Em Reais)

	Patrimônio Social	Ajuste de avaliação patrimonial	Superávit / Déficit	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.022.503	5.012.916	(909.084)	5.126.335
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	449.138	449.138
Superávit do Período	-	-	1.274.111	1.274.111
Saldos em 31 de dezembro 2011	1.022.503	5.012.916	814.165	6.849.584
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	(704.841)	(704.841)
Superávit do Período	-	-	881.882	881.882
Saldos em 31 de dezembro 2012	1.022.503	5.012.916	991.206	7.026.625

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



ORGANIZAÇÃO DAS VOLUNTÁRIAS DE GOIÁS

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método indireto

Exercícios Findos em 31 de Dezembro

(Em Reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2012	2011
Superávit (Déficit) do Período	881.882	1.274.111
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	366.141	360.464
Provisões	1.495.790	1.276.437
Juros de LP	18.868	27.588
Resultado da baixa de ativos imobilizados (12)	9.510	776
Ajuste de Exercícios Anteriores	(704.841)	(4.066)
Superávit (Déficit) líquido Após os Ajustes	2.067.350	2.935.310
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
(-) Aumento em convênio a receber	1.830.299	(1.830.299)
(+) Redução em outras contas a receber	(3.000.470)	4.094.088
(+) Redução nos estoques	(1.603.873)	(61.685)
(-) Aumento nas contas não circulante	(15.064)	-
	(2.789.108)	2.202.104
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
(+) Aumento em fornecedores e convênios	1.742.221	2.602.626
(+) Aumento nos salários e encargos sociais	(63.740)	(1.117.363)
(+) Aumento em obrigações tributárias	114.978	8.270
(-) Redução em outras provisões	(1.276.436)	(1.084.248)
(+) Aumento nas contas não circulante	14.303	-
	531.325	409.285
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(190.432)	5.546.699
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(635.202)	(216.553)
Resultado baixa de Ativo Imobilizado	(9.510)	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(644.712)	(216.553)
Fluxos de caixa das atividades de Financiamento		
Baixa de INSS Judicial	(259.134)	(286.922)
Baixa de Parcelamento PAES	(109.120)	(105.226)
Caixa líquido proveniente das atividades de Financiamento	(368.253,73)	(392.148)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(435.318)	4.937.998
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	9.382.075	4.444.077
No fim do exercício	8.946.757	9.382.075
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(435.318)	4.937.998

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Para o Exercício Findo Em 31 de Dezembro de 2012 (Em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Organização das Voluntárias de Goiás - OVG, constituída sob a forma de Associação Civil, dotada de personalidade jurídica de direito privado de fins não econômicos e de caráter beneficente, inscrita no CNPJ 02.106.664/0001-65, tem como finalidade precípua a Assistência Social, fundada em 30 de outubro de 1947, qualificada como Organização Social pelo Decreto Estadual nº 6.283/05, tem como missão: Desenvolver programas de assistência social, baseados nos princípios da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, contribuindo para a inclusão e proteção social e minimização das desigualdades sociais.

Áreas de atuação:

Para alcançar o maior número de beneficiários, a OVG conta com parcerias importantes do setor empresarial, do setor público, de universidades e da própria Sociedade Civil.

A Resolução CNAS nº 109, de 11.11.2009, do Conselho Nacional de Assistência Social, tipifica os serviços socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, estabelecendo os seguintes níveis de complexidade:

1.1 – SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE:

1.1.1 Complexo Gerontológico Sagrada Família - É uma Instituição de Longa Permanência – ILPI – sendo estabelecimento para atendimento institucional integral, cujo público-alvo são as pessoas de 60 anos ou mais, com diversos graus de dependência, que não dispõem de condições para permanecer com a família ou em seu domicílio. Destina-se fundamentalmente a idosos vítimas de violência e negligência, em situação de rua e de abandono, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos. Proporciona serviços na área social, médica, psicológica, de enfermagem, fisioterapia, terapia ocupacional, odontologia e outras, conforme as necessidades desse segmento etário. O CGSF adota as seguintes normas de atendimento:

- **Casa Lar:** idosos dependentes.
- **Centro Dia:** idosos dependentes que moram com os familiares e permanecem durante o dia na unidade.

- **Freqüentadores:** idosos independentes que moram com seus familiares e participam de atividades na unidade.

I.2. Centro de Convivência de Idosos Vila Vida – unidade de longa permanência, dotada de 30 casas-lares para atender a necessidade de moradia de pessoas idosas, independentes e aposentadas, fora do convívio família. Atende, também, como freqüentadores, idosos independentes que moram com seus familiares e participam de atividades, durante o dia, sob orientação e acompanhamentos dos profissionais do CCIVV. Conta com uma equipe multiprofissional, composta por Assistentes Sociais, Pedagogos, Médicos, Enfermeiros, Psicólogos, Educadores Físicos e Fisioterapeutas. As atividades são planejadas com o objetivo de assegurar a saúde intelectual e física do idoso, favorecer o trabalho em grupo, enfatizar a convivência e o fortalecimento dos vínculos, incluindo o exercício do direito à prática da religião. São realizadas palestras educativas, ações de alfabetização, coral, dança de salão, bailes, hidroginástica, natação, entre outros. No campo nutricional, o idoso recebe atenção direcionada à respectiva faixa etária. O trabalho com a família também constitui foco do trabalho do CIVV, pois o objetivo é fortalecer os vínculos para possibilitar o retorno dos idosos ao convívio com os familiares.



1.2. SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE:

1.2.1. Casa do Interior de Goiás- Na modalidade Casa de Passagem oferece proteção social e apoio – material e psicológico- a adultos do interior do Estado que demandam tratamento médico de média e alta complexidade (principalmente tratamentos de oncologia, procedimentos cirúrgicos e outros) e não possuem referência familiar na capital, nem condições financeiras para custeio das despesas. O cidadão conta com hospedagem, alimentação, transporte para realização de procedimentos fora da entidade e para atendimento em casos de emergência, atividades socioeducativas e acompanhamento de profissionais especializados (enfermeiros, psicólogos, nutricionistas, assistentes sociais, pedagogos) inteiramente grátis. Durante a permanência na CIGO, os usuários – e acompanhantes – também participam de atividades artesanais com materiais recicláveis. Todas as atividades são planejadas com flexibilidade para observar e respeitar, tanto a capacidade física e motora quanto as barreiras culturais de cada um. O atendimento é realizado com base na Política Nacional de Assistência Social, em interface com a Política de Saúde, de acordo com as especificidades de cada usuário.

1.2.2. Centro Social Dona Gercina Borges Teixeira – Compreende o atendimento a gestantes, vítimas ou não de violência e/ou exploração sexual, em situação de vulnerabilidade social, de Goiânia e região metropolitana de Goiânia, prestando assistência pré-natal e acompanhamento pós-parto, até um ano após o nascimento da criança. Tem como eixo norteador as dimensões biopsicossocial do ser humano, sendo pautada pelos seguintes instrumentos normativos legais: Estatuto da Criança e Adolescente – ECA (Lei 6.096/90), Plano Nacional de Enfrentamento da Violência e/ou Exploração Sexual Contra Crianças e

Rua T-14, nº. 249, Setor Bueno, Goiânia-Go CEP 74.230-130 – Fone (62) 3201-9406

E-mail coger@ovg.org.br – www.ovg.org.br



Adolescentes, Normas Operacionais Básicas do Sistema Único de Assistência Social (NOB –SUAS) e Resolução CNAS nº 109/2009. O CSDGB atua também junto as familiares, individualmente e em grupo, na sede da entidade e em domicílio, buscando o fortalecimento dos vínculos familiares.

1.3. SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA:

Os serviços de proteção social básica tem como matricialidade a família e foco nos aspectos relacionados à criança, ao adolescente, aos idosos e às pessoas com deficiência. Contemplam:

1.3.1. Apoio Social ao Cidadão – Compreende as atividades destinadas ao atendimento das necessidades imediatas do cidadão, por meio da dispensação de benefícios assistenciais e de ações de fortalecimento dos vínculos sócio-familiares, visando a superação das vulnerabilidades e a melhoria da qualidade de vida. Enquadram-se também nesta categoria o atendimento odontológico, prestado pela OVG em consultório fixo e móvel (ônibus e trallier) e os exames de DNA, realizados em parceria com o Ministério Público de Goiás.

1.3.2. Apoio às Entidades Sociais –São atividades de apoio às entidades filantrópicas cadastradas na OVG, mediante orientações de caráter operacional e metodológica sobre o trabalho assistencial com base na Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, e repasse de benefícios para atendimento em situações de emergência. Em articulação com as instituições assistidas e com os Conselhos Municipal e Estadual de Assistência Social, a OVG contribui para a readequação das ações das diversas entidades sociais, com foco no Sistema Único de Assistência Social – SUAS e na Política Nacional de Assistência Social – PNAS.

1.3.3. Apoio aos Municípios- presta serviço de apoio às entidades sociais públicas municipais, incluídas as Secretarias Municipais de Assistência Social, na realização de ações de promoção e inclusão sociais das pessoas em situação de vulnerabilidade social das respectivas áreas de atuação, executado em interação com Prefeitos, Gestores Sociais, Primeiras-Damas e Técnicos em geral. Com a disponibilização de benefícios assistenciais às populações carentes e a orientação técnica em matéria de assistência social, a OVG, através da Assessoria de Apoio aos Municípios – ASSAM, marca presença em todo o território goiano, exercitando e fortalecendo a parceria com o poder público municipal.

1.3.4. Integração ao Mundo do Trabalho:

1.3.4.1. Oficinas Educacionais Comunitárias (Norte Ferroviário, Cândida de Moraes e Novo Mundo) – As OEC´s atuam no eixo da formação profissional de adolescentes e jovens oriundos de famílias de baixa renda, em situação de risco pessoal e social, que se encontram forma do mercado formal de trabalho. Prestam serviços de proteção social básica, com foco no desenvolvimento de atividades que estimulem a convivência social (familiar e comunitária), o fortalecimento dos vínculos afetivos, a participação cidadã e a formação geral para o mundo do trabalho, estimulando o protagonismo social, a aquisição de novos

conhecimentos e a formação de atitudes e valores, numa perspectiva de formação integral da pessoa humana como cidadã de direitos e deveres. Sem prejuízo da prioridade aos adolescentes e jovens, as OEC's oferecem oportunidade de participação nos cursos profissionalizantes também os familiares destes e aos membros da comunidade. Com essa forma de atuação, as OEC's contribuem também para o retorno e/ou permanência dos adolescentes e jovens à rede regular de ensino e viabilizam o ingresso/progresso do aluno no mercado de trabalho, inclusive como empreendedor.

1.3.4.2. Centro de Qualificação Profissional – O CQP é a unidade da OVG incumbida de promover a qualificação/aperfeiçoamento profissional do cidadão, através de cursos de Língua Estrangeira, Informática, Português, Matemática, Montagem e Manutenção de Microcomputadores, etc, que além de qualificar tecnicamente facilitam a inserção/manutenção e/ou progresso no mercado de trabalho, em razão dos conhecimentos e habilidades proporcionados pelos cursos realizados.

1.3.4.3. Telecentros – objetiva a inclusão digital e social das camadas menos favorecidas economicamente, por meio do acesso aos meios de informática, com utilização de estruturas (TELECENRO) implantadas pela OVG em convênio com o Ministério das Comunicações.

1.3.5. Centro Goiano de Voluntários Consiste nas atividades destinadas a incentivar e apoiar a prática do voluntariado no Estado de Goiás. É uma unidade que recruta, capacita e encaminha às instituições sociais pessoas interessadas no trabalho voluntário, nos moldes da lei nº 9.608/98, que estatui a não geração de vínculo empregatício e de obrigações trabalhistas ou previdenciárias nesta modalidade de trabalho. Nesse campo, o CGV ministra palestras de orientação técnica para pessoas de todos os níveis culturais, interessadas na prestação de serviços voluntários. Também realiza palestras de sensibilização e orientação em empresas em órgãos públicos, visando incentivar a prática do voluntariado. Complementarmente, presta orientação às entidades interessadas em receber voluntários, com o objetivo de promover a cultura do trabalho voluntário, difundir informações e multiplicar experiências de sucesso e potencializar parcerias para o desenvolvimento de iniciativas na área.

1.3.6. Apoio aos Municípios para Segurança Alimentar: destinado a municípios com mais de 100.000 habitantes, atende atualmente Luziânia e Rio Verde.

1.3.7. Restaurante Cidadão – programa de construção da Cidadania, executado pela OVG, em parceria com o Estado de Goiás, que visa fornecer aos trabalhadores menos favorecidos economicamente refeições nutritivas de qualidade, a preço subsidiado, com cardápios elaborados por Nutricionistas, de acordo com as normas dos órgãos de Saúde Pública (Vigilância Sanitária), e rigoroso controle de higiene e qualidade. O Programa conta com unidades instaladas em Goiânia e Anápolis.

1.4. PROGRAMA BOLSA UNIVERSITÁRIA – PBUNI

Programa do Governo Estadual, disciplinado pela Lei nº 17.405, de 06.09.2011, executado pela OVG, com base no Contrato de Gestão. Mantido com recursos do Fundo Protege Goiás, concede bolsas de estudo a alunos sem recursos financeiros próprios ou de familiares para custear os estudos, matriculados em instituições de ensino superior de natureza privada, objetivando possibilitar-lhes o acesso ao ensino superior, ampliar o número de profissionais com formação superior, habilitados para acesso ao mercado de trabalho e aptos a contribuir para o pleno desenvolvimento do Estado de Goiás, incentivar jovens e adultos a continuarem ou retomarem os estudos e reduzir o índice de evasão escolar motivada por carência financeira, nas universidades goianas.

1.5. PROGRAMAS ESPECIAIS:

1.5.1. Goiás Sem Frio – Serviço de apoio e proteção à população carente, através de Campanha que mobiliza a população em geral e particularmente os empresários e as instituições privadas, é uma articulada rede de parcerias para minimizar o sofrimento de pessoas de baixa renda, durante o inverno, com a distribuição de milhares de cobertores para entidades sociais, instituições filantrópicas, pessoas em situação de rua e famílias de baixa renda dos 246 municípios goianos. A arrecadação acontece todos os anos antes do inverno, o que possibilita realizar as doações normalmente nos meses de abril e maio, antes, pois, do período de frio, evitando que as pessoas sofram sem agasalhos.

1.5.2. Natal OVG – é um projeto onde as crianças oriundas de famílias em situação de vulnerabilidade social recebem brinquedos, assistem a shows artístico-culturais e se divertem com os familiares. Em Goiânia, é desenvolvido com a festa natalina, na Praça Cívica, durante 20 dias, no mês de dezembro.

1.5.3. Apoio a Romeiros – Programa de apoio às manifestações culturais da população goiana através de ações de fortalecimento das tradições que estimulam a construção de suas histórias, vivências individuais e coletivas, com espaço para descanso e distribuição de lanches aos peregrinos nas Romarias de Trindade (Romaria do Divino Pai Eterno – nos meses de junho/julho) e Niquelândia (Romaria de Nossa Senhora DÁbadia, em Muquém, no mês de agosto).

2 ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram elaboradas observando as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), consubstanciadas principalmente na Interpretação Técnica ITG 2002 aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucros aprovada pela Resolução CFC 1.409/2012, cuja síntese, está demonstrada como segue:

2.1 **RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais políticas contábeis aplicadas na apresentação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da entidade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras individuais estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da entidade.

b) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas, mensalmente, respeitando os princípios Fundamentais de Contabilidade, em especial os Princípios da Oportunidade e da Competência. No que se refere às doações e subvenções para custeio, estas são apropriadas em contas de receita pelo Regime de Caixa, ou seja, pelo efetivo recebimento, e correlato às liberações (empenhos liquidados) do pagador. Com relação aos recursos provenientes de Convênio destinado ao Bolsa Universitária, esses são controlados em conta de Passivo e suas respectivas redutoras.

c) Circulante e Não Circulante

O prazo considerado para distinção entre contas Circulante e Não-Circulante foi de um exercício social completo, ou seja, 365 dias corridos.

d) Direitos de Curto Prazo

São compostos por convênios a receber, adiantamentos, impostos a recuperar, estoques e despesas antecipadas.

e) Provisões

As provisões e as ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: i) a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Empresa tem uma obrigação “legal” ou “não formalizada” presente como consequência de um evento passado e é provável que

recursos sejam exigidos para liquidar esta obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas de risco envolvido.

f) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou de acordo com o valor constante no documento de doação.

Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

g) Imobilizado

Está demonstrado ao valor de custo de aquisição, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na Nota 12 que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens.

h) Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano após o encerramento do exercício social. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

i) Patrimônio Líquido

Representado pelo patrimônio social inicial, acrescido (reduzido) do *superávit (déficit)* apurado anualmente e pelo ajuste de avaliação patrimonial realizado em 28/11/2008 pela Câmara de Valores Imobiliários do Estado de Goiás.

j) Tributação

A organização é uma entidade sem fins lucrativos, isenta de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit, por isso nenhum imposto foi provisionado no passivo, em face do benefício fiscal aqui descrito. A base de cálculo, para Pis é a folha de pagamento, os quais são recolhidos mensalmente. Os benefícios fiscais estão devidamente apresentados na Demonstração do Resultado do Período e na nota explicativa 23.

3 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade

a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Essa provisão é fundamentada em análise do histórico de perdas monitorado pela Administração, sendo constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber.

b) Vida útil dos ativos imobilizado e intangível

A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

c) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Entidade registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado. A Entidade está sujeita a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos que advém do curso normal de suas atividades operacionais.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos. As provisões são revisadas e ajustas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em nossos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

4 Disponibilidades – Bancos e aplicações financeiras

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Bancos conta movimento	1.341.557	6.836.280
Aplicações financeiras (*)	7.605.200	2.545.795
Total do Disponível	<u>8.946.757</u>	<u>9.382.075</u>

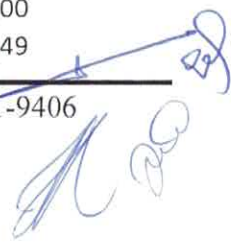
(*) As aplicações financeiras referem-se substancialmente a CDB/RDB, remuneradas a taxas de mercado. Esses saldos consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos no curto prazo, rapidamente conversíveis em dinheiro e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

Para maior transparência e fiscalização na utilização dos recursos recebidos pela Entidade a mesma não possui recursos em Caixa, nem mesmo para aquisição de itens de pequeno valor. Todos os recursos recebidos em dinheiro são imediatamente depositados em conta bancária específica para recebimento de recursos dessa natureza.

Cada recurso recebido em razão de convênio são alocados em contas-corrente que foram criadas especificamente para gerir os mesmos e serem devidamente aplicados.

5 Convênios a Receber

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Contrato de Gestão dos Rest. Goiânia e Anápolis	-	830.060,00
Contrato de Gestão OECs	-	107.727,49

Contrato de Gestão SEGPLAN/Tesouro	-	892.511,62
	-	1.830.299,11

Os valores provisionados, em 31/12/2011, como a receber em virtude de serem líquidos e certo o seu recebimento nas primeiras semanas de 2012 ingressaram no banco da Entidade nos dias 09/01/2012 e 11/01/2012.

6 *Créditos a Receber*

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Títulos a Receber (i)	7.674,00	7.674,00
(-) Provisão para Crédito de Real. Duvidosa (ii)	(7.674,00)	(7.674,00)
Prestação Pecuniária a Receber (iii)	664,00	1.992,00
	664,00	1.992,00

- (i) Títulos a Receber se referem à doações pendentes de serem concluídas.
(ii) A provisão para crédito de Real. Duvidosa foi efetuada em 100% por motivo de não haver previsão de recebimento deste valor.
(iii) A prestação Pecuniária a Receber se refere a depósitos mensais que o Ministério Público decidiu em 26/11/2009, que um cidadão realizasse à OVG mensalmente. O valor de R\$ 664,00 (seiscentos e sessenta quatro) se refere ao valor que será recebido nos próximos 12 (doze) meses.

7 *Estoques*

Em 31 de dezembro os estoques estavam assim compostos e estão apresentados pelo valor de custo médio de aquisição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Almoxarifado	431.111,47	267.074,41
Bens adquiridos para Doação	1.432.756,12	109.296,29
Bens recebidos para Doação	110.724,48	10.631,07
Estoque Matéria Prima	718.490,25	702.207,53
	2.693.082,32	1.089.209,30

8 *Antecipação de Recursos em Convênio*

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Bolsa Universitária	10.843.416,42	7.927.004,49

Representam valores pendentes de repasse para quitação de despesas com o programa Bolsa Universitária contratados até 31/12/2012.




9 Despesas a Apropriar

	2012	2011
Seguro de Veículos a Apropriar	16.219,80	9.582,26
Seguro Bolsista OVG	65.803,95	63.916,44
Vale Transporte	76.442,40	-
	158.466,15	73.498,70

Representam valores de seguros contratados 2012/2013 cujas despesas serão apropriadas no exercício seguinte.

10 Realizável a Longo Prazo

	Ativo Circulante		Ativo Não Circulante - Real. A LP	
	2012	2011	2012	2011
Prestação Pecuniária a Receber	664,00	1.992,00	-	1.826,00
Responsabilidade Solidária	0,00	0,00	15.063,97	0,00
TOTAL	664,00	1.992,00	15.063,97	1.826,00

Conforme decisão do Ministério Público, referente às parcelas a receber de Prestação Pecuniária a Receber os valores foram transferidos para o circulante por terem como previsão de recebimento total até o final do exercício social subsequente.

11 Imobilizado

Composição dos Saldos

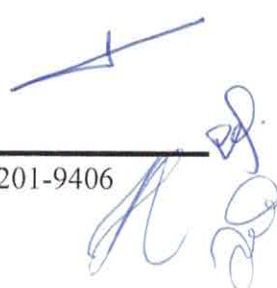
CONSOLIDADO

Discriminação	Taxa de Deprec a.a.%	CONSOLIDADO			Líquido 2011
		Custos	Dep. Acumulada	Líquido 2012	
Terrenos Urbanos		1.207.636		1.207.636	1.207.636
Máquinas e Equip	10%	539.836	(325.563)	214.274	212.743
Móveis e Utensílios	10%	514.859	(276.369)	238.490	211.517
Veículos	20%	1.026.681	(550.701)	475.980	40.100
Computadores/Perif	20%	673.088	(509.845)	163.243	187.722
Instalações	10%	88.857	(52.078)	36.779	24.333
Prédios e Edificações	4%	4.820.000	(791.425)	4.028.575	4.221.375
Totais		8.870.957	(2.505.981)	6.364.976	6.105.426

Movimentação do
Custo

Rua T-14, nº. 249, Setor Bueno, Goiânia-Go CEP 74.230-130 – Fone (62) 3201-9406

E-mail coger@ovg.org.br – www.ovg.org.br

ORGANIZAÇÃO DAS VOLUNTÁRIAS DE GOIÁS

Discriminação	Consolidado				Custo
	2011	Movimentação		2012	
	Custo	Adições	Baixas	Doados	Custo
Terrenos Urbanos	1.207.636	-	-	-	1.207.636
Máquinas e Equip	540.080	49.335	(49.578)	-	539.836
Móveis e Utensílios	491.857	65.555	(42.552)	-	514.859
Veículos	704.114	474.942	(152.376)	-	1.026.681
Computadores/Perif	688,381	28.101	(43.395)	-	673.088
Instalações	75.188	17.269	(3.600)	-	88.857
Prédios e Edificações	4.820.000	-	-	-	4.820.000
Totais	8.527.256	635.202	(291.500)	-	8.870.957

12 Fornecedores

	FORNECEDORES	
	2012	2011
Fornecedores a Pagar	16.650.491	14.908.270

Os saldos das contas fornecedores a pagar em 31/12/2012 de R\$ 16.650.491 estão compostos por sua maioria com recursos a repassar para as faculdades a título do Convênio No. 001/2011 (Programa de Bolsas Universitárias) assinado entre a OVG e o Estado de Goiás, através da Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento (SEGPLAN) tendo como contra partida conta do Ativo Circulante do grupo de Antecipação de Recursos em Convênio.

13 Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias

As obrigações são decorrentes basicamente das folhas de pagamentos da Entidade, e estão assim apresentados:

	2012	2011
Obrig. Soc. e Trabalhistas	795.822	941.518
Obrigações Tributárias	462.964	438.238
	1.258.786	1.379.756

14 Outras Provisões

	2012	2011
Contingências de Ações Cíveis (i)	356.422	356.422
Provisão de Férias	1.376.948	1.174.348
Provisão de Pis s/ Férias (ii)	13.769	11.743

Provisão de FGTS s/ Férias (iii)	105.072	90.346
	1.852.211	1.632.858

(i) Com base na opinião dos consultores jurídicos internos, a administração da OVG entende que a provisão constituída no montante de R\$ 356.422 é suficiente para a cobertura de eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais.

(ii) A provisão de Pis s/ Férias foi feita ao percentual de 1%.

(iii) A provisão de FGTS s/Férias foi realizada ao percentual de 8% apenas sobre a remuneração sujeita a esta contribuição e devidamente sustentada com base em controle feito pelo departamento pessoal.

15 Exigível a longo prazo

Composto dos seguintes valores:

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante	
	2012	2011	2012	2011
Parcelamento PAES (*)	110.854	129.774	438.895	510.228
INSS Judicial (**)	222.366	300.000	1.621.834	949.495
Pensão de Rep. Civil (***)	24.195	23.961	176.565	183.702
TOTAL	357.415	453.734,92	2.237.294	1.643.425

(*) A Organização formalizou a opção em 03 de outubro de 2003 ao Parcelamento Especial – PAES, instituído pela Lei No. 10.684/03. A adesão ao PAES foi deferida em 15 de dezembro de 2003 e objetivou, além de alongar o perfil da dívida atinente aos parcelamentos em curso, promover o refinanciamento desses mesmos débitos tributários e outros naquela oportunidade confessados. No período corrente houve uma amortização no valor de R\$ 109.120 (cento e nove mil e cento e vinte reais).

(**) Parcelamento junto ao INSS decorrente de multa aplicada em virtude da divergência de valores recolhidos. No período corrente houve uma amortização no valor de R\$ 259.134 (duzentos e cinquenta e nove mil e cento e trinta e quatro reais) e no mesmo período houve um ajuste ao valor registrado no não circulante decorrente de não atualização de valores em exercício anterior conforme documentação disponível na época no valor de R\$ 705.534,04..

(***) Ação de indenização, protocolo 9801067004 da 1ª vara civil da comarca da Goiânia, em nome da Senhora Maria Aparecida Coutrin Santos. No período corrente houve uma amortização no valor de R\$ 21.205,92 (vinte e um mil e duzentos e cinco reais).

16 *Patrimônio Líquido*

Representado pelo patrimônio social inicial, acrescido (reduzido) do superávit (déficit) apurado anualmente e pelo resultado da avaliação patrimonial da Sede da OVG.

17 *Desembolsos com os principais programas sociais:*

Programas sociais	2012	2011
Bolsa Universitária	51.316.937	41.974.777
Bolsa Universitária Luziânia	1.600.000	-
Restaurante Cidadão	11.794.147	7.728.548
Goiás sem Frio	1.061.095	1.068.463
Oficinas Educacionais Comunitárias (OEC's)	3.586.493	3.450.438
Doações de Veículos	5.446.082	275.100
Natal OVG	5.914.304	5.111.841
Apoio aos Romeiros de Trindade	207.328	142.000
Apoio aos Romeiros do Muquém	44.322	30.162
Centro de Qualificação Profissional	569.204	336.440
Enxoval para Bebê	393.881	118.990
Malha Compressiva	12.212	8.324
Fraldas Descartáveis	370.254	109.122
Cadeira de Rodas	1.877.937	1.093.167
Vítimas das Enchentes no Rio de Janeiro	-	5.105
Auxílio Prefeitura	5.906.749	-
Auxílio a Entidade	4.856.064	-
Auxílio Reforma	131.532	-
Outros programas de benefícios	34.768.378	31.149.014
Total	129.856.921	92.601.491

O recurso que foi pago a Bolsa Universitária, no exercício 2012 e 2011 através do contrato de convênio OVG/SEGPLAN nº 001/2011 no valor de R\$ 51.316.937 (cinquenta um milhões trezentos e dezesseis mil e novecentos trinta sete reais) e R\$ 41.974.777 (quarenta um milhões e novecentos setenta quatro mil e setecentos e setenta sete reais), foram registrados nas contas do ativo e passivo, sem interferir nas contas de resultado.

18 - Despesas por Centro de Custos e Unidade Operacional

RELATÓRIO DAS DESPESAS DO EXERCÍCIO DE 2012 E 2011 DA OVG POR UNIDADE OPERACIONAL

UNIDADE OPERACIONAL *	ASSISTÊNCIA SOCIAL		ADMINISTRATIVA		PESSOAL		FINANCEIRA		TOTAL GERAL	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
ASSAM	R\$ 6.621.538,94	R\$ 4.24.690,32	R\$ 22.926,75	R\$ 19.788,45	R\$ 291.085,57	R\$ 278.261,25	R\$ 220,00	R\$ 11,39	R\$ 6.935.771,26	R\$ 722.751,41
DEPRO	R\$ 6.568,97	R\$ 11.188,25	R\$ 44.379,86	R\$ 49.848,55	R\$ 1.091.037,28	R\$ 704.849,92	R\$ 546,82	R\$ 39,86	R\$ 1.142.532,93	R\$ 765.926,58
CONF. FRALDAS DESC.	R\$ 290.279,75	R\$ 107.912,95	R\$ 2.063,26	R\$ 1.288,16	R\$ 77.911,13	R\$ 48.392,87	-	-	R\$ 370.254,14	R\$ 157.593,98
CONF. ENXOVAL PARA BEBÊ	R\$ 352.290,39	R\$ 118.950,29	R\$ 1.889,33	-	R\$ 39.701,67	R\$ 18.152,32	-	-	R\$ 393.881,39	R\$ 137.142,61
CONF. MALHA COMPRESSIVA	R\$ 12.211,52	R\$ 8.324,93	-	-	-	-	-	-	R\$ 12.211,52	R\$ 8.324,93
FABRICA DE CADEIRA DE RODAS	R\$ 1.686.121,59	R\$ 1.091.727,25	R\$ 340,00	R\$ 9.290,94	R\$ 91.279,72	R\$ 60.134,60	-	R\$ 13,50	R\$ 1.777.741,31	R\$ 1.161.166,29
DEPTO DE APOIO AO REST. CIDADÃO	R\$ 153.270,00	-	R\$ 1.068,06	R\$ 764,74	R\$ 175.246,35	R\$ 146.734,53	R\$ 8,50	R\$ 7,50	R\$ 329.592,91	R\$ 147.506,77
RESTAURANTE CIDADÃO CAMPINAS	R\$ 4.091.585,70	R\$ 2.937.263,14	R\$ 4.139,42	R\$ 3.253,59	-	-	R\$ 3.780,05	R\$ 3.953,98	R\$ 4.099.505,17	R\$ 2.944.470,71
RESTAURANTE CIDADÃO CENTRO	R\$ 3.426.177,80	R\$ 3.458.493,83	-	-	-	-	R\$ 8.496,23	R\$ 8.526,81	R\$ 3.434.674,03	R\$ 3.467.020,64
RESTAURANTE CIDADÃO ANAPÓLIS	R\$ 1.694.723,44	R\$ 1.144.975,42	-	R\$ 17.414,00	R\$ 500,00	-	R\$ 8.232,87	R\$ 7.739,02	R\$ 1.703.456,31	R\$ 1.170.128,44
RESTAURANTE RIO VERDE E LUZIANIA	R\$ 2.226.918,32	R\$ 1.306.603,20	-	-	-	-	-	-	R\$ 2.226.918,32	R\$ 1.306.603,20
DAES	R\$ 12.944.057,72	R\$ 1.198.358,43	R\$ 25.071,43	R\$ 35.080,04	R\$ 341.263,57	R\$ 253.354,02	R\$ 1.804,17	R\$ 9,88	R\$ 13.312.196,89	R\$ 1.486.802,37
COMPLEXO GERONT. SAGRADA FAMILIA	R\$ 431.225,23	R\$ 292.718,70	R\$ 821.078,58	R\$ 819.794,84	R\$ 2.391.537,30	R\$ 2.226.288,46	R\$ 1.911,83	R\$ 1.626,04	R\$ 3.645.752,94	R\$ 3.340.428,04
CASA DO INTERIOR	R\$ 321.853,60	R\$ 290.047,44	R\$ 305.729,05	R\$ 331.056,66	R\$ 1.730.452,98	R\$ 1.357.745,98	R\$ 79,26	R\$ 301,67	R\$ 2.358.114,89	R\$ 1.979.151,75
CENTRO S. D. GERCINA BORGES TEIXEIRA	R\$ 43.618,09	R\$ 54.511,11	R\$ 111.743,88	R\$ 103.130,85	R\$ 1.130.365,17	R\$ 1.021.985,55	R\$ 724,02	R\$ 886,30	R\$ 1.286.451,16	R\$ 1.180.613,81
CENTRO DE CONVIVENCIA VILA VIDA	R\$ 33.936,78	R\$ 26.233,51	R\$ 217.794,03	R\$ 235.223,53	R\$ 1.249.744,32	R\$ 1.098.033,64	R\$ 1.668,09	R\$ 387,21	R\$ 1.503.143,22	R\$ 1.359.877,89
DEPTO DE APOIO SOCIAL CIDADÃO	R\$ 141.686,91	R\$ 97.282,70	R\$ 20.658,76	R\$ 18.859,57	R\$ 438.797,69	R\$ 426.814,27	-	-	R\$ 601.143,36	R\$ 542.983,12
CENTRO C. SAGRADA FAM ILIA	R\$ 156,45	R\$ 17,33	R\$ 2.459,04	R\$ 2.046,15	R\$ 161.485,03	R\$ 180.309,22	R\$ 227,47	-	R\$ 164.327,99	R\$ 182.372,70
OEC NORTE FERROVIÁRIO	R\$ 108.636,04	R\$ 110.500,85	R\$ 232.896,38	R\$ 260.708,94	R\$ 758.813,07	R\$ 786.020,15	R\$ 1.336,31	R\$ 332,50	R\$ 1.101.681,80	R\$ 1.157.562,44
OEC NOVO MUNDO	R\$ 138.841,20	R\$ 93.664,09	R\$ 317.563,45	R\$ 353.305,94	R\$ 846.120,52	R\$ 834.848,60	R\$ 1.356,42	R\$ 338,73	R\$ 1.303.881,59	R\$ 1.282.157,36



Rua T-14, n.º 249, Setor Bueno, Goiânia-Go CEP 74.230-130 – Fone (62) 3201-9406

E-mail coger@ovg.org.br – www.ovg.org.br



ORGANIZAÇÃO DAS VOLUNTÁRIAS DE GOIÁS

OEC CANDIDA DE MORAES	R\$ 191.285,86	R\$ 92.888,96	R\$ 253.595,70	R\$ 270.820,76	R\$ 734.731,52	R\$ 656.093,93	R\$ 1.316,92	R\$ 297,22	R\$ 1.180.930,00	R\$ 1.020.100,87
APOIO AOS ROMEIROS DE TRINDADE	R\$ 122.881,33	R\$ 95.266,12	R\$ 84.446,49	R\$ 46.724,40	-	-	-	R\$ 9,09	R\$ 207.327,82	R\$ 141.999,61
APOIO AOS ROMEIROS DO MUQUÉM	R\$ 24.204,95	R\$ 15.094,20	R\$ 20.007,50	R\$ 7.878,28	R\$ 110,00	R\$ 7.190,00	-	-	R\$ 44.322,45	R\$ 30.162,48
GOIÁS SEM FRIO	R\$ 1.061.095,14	R\$ 1.068.462,67	-	-	-	-	-	-	R\$ 1.061.095,14	R\$ 1.068.462,67
CRIANÇA FELIZ NATAL	R\$ 5.727.570,16	R\$ 4.961.963,76	R\$ 186.714,90	R\$ 143.253,05	-	R\$ 6.607,12	R\$ 19,33	R\$ 16,63	R\$ 5.914.304,39	R\$ 5.111.840,56
CEPAIGO	R\$ 98.396,12	-	-	-	-	-	-	-	R\$ 98.396,12	R\$ -
CENTRO Q. PROFISSIONAL	R\$ 33.573,38	R\$ 10.334,80	R\$ 76.869,12	R\$ 72.335,14	R\$ 452.593,50	R\$ 254.923,38	R\$ 6.168,36	78,44	R\$ 569.204,36	R\$ 337.671,76
SEMIRA	-	-	-	-	-	R\$ 44.520,93	-	-	R\$ -	R\$ 44.520,93
DESPESA DA SEDE	R\$ 330.871,59	R\$ 458.072,05	R\$ 1.996.652,85	R\$ 1.126.374,57	R\$ 18.837.560,26	R\$ 16.339.115,90	R\$ 220.434,74	R\$ 73.077,58	R\$ 21.385.519,44	R\$ 17.996.640,10
TOTAL	R\$ 42.315.576,97	R\$ 19.475.686,30	R\$ 4.750.087,84	R\$ 3.928.241,15	R\$ 30.840.336,65	R\$ 26.750.376,64	R\$ 258.331,39	R\$ 97.679,93	R\$ 78.164.332,85	R\$ 50.251.984,02

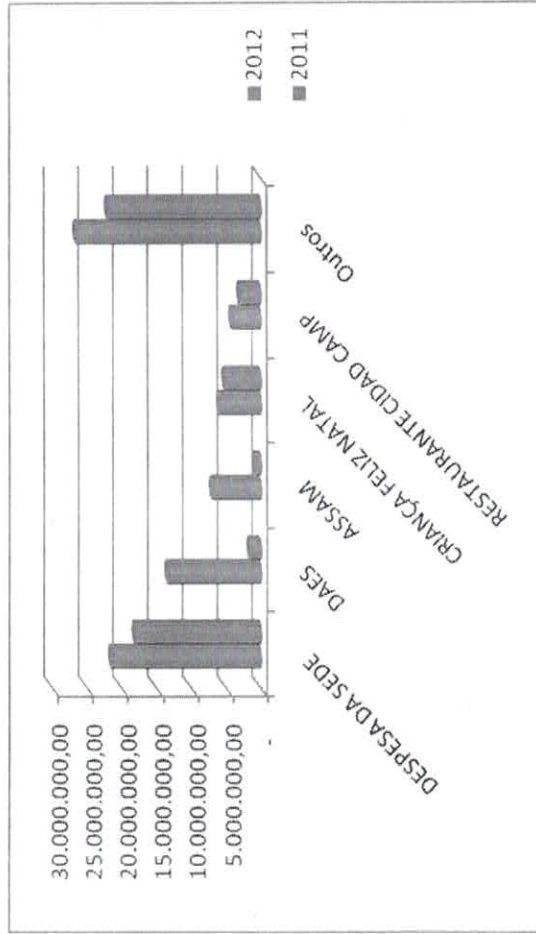
* Estas unidades estão devidamente apresentadas nos itens 1.1 a 1.52 deste relatório. No que se refere às despesas com o programa Bolsa Universitária o mesmo não está inserido neste demonstrativo, por tanto no total de despesas no valor de R\$ 78 milhões não estão inseridos os valores de R\$ 51 milhões com o programa Bolsa Universitária.



18.1 Representação gráfica das Despesas de 2012 e 2011 por Unidades

PLANILHA DAS DESPESAS DO EXERCÍCIO DE 2012 E 2011 DA OVG

UNIDADES	VALORES		%		% ACUMULA	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
DESPESA DA SEDE	21.385.519,44	17.996.640,10	27%	36%	27%	36%
DAES	13.312.196,89	1.486.802,37	17%	3%	44%	3%
ASSAM	6.935.771,26	722.751,41	9%	1%	53%	40%
CRANÇA FELIZ NATAL	5.914.304,39	5.111.840,56	8%	10%	61%	50%
RESTAURANTE CIDAD CAMPINAS	4.099.505,17	2.944.470,71	5%	6%	66%	56%
OUTRAS UNIDADES	26.517.035,70	21.989.478,87	34%	44%	100%	100%
TOTAL	78.164.332,85	50.251.984,02	100%	100%		

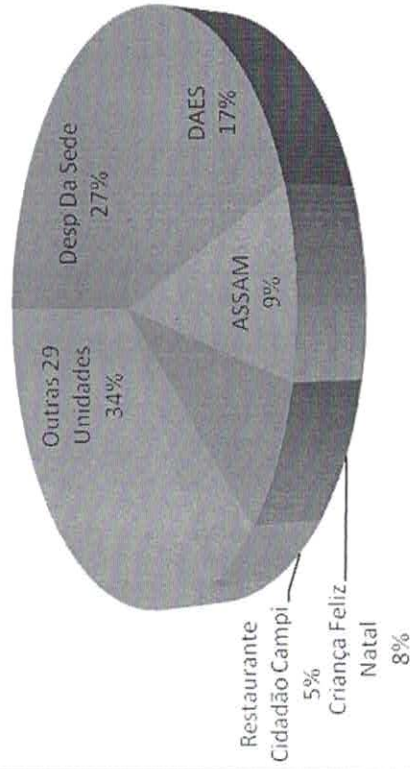



**18.2 PLANILHA DAS DESPESAS DO EXERCÍCIO DE 2012 E 2011 DA OVG
EM PERCENTAGENS (%)**

UNIDADES	%		% ACUMULA	
	2012	2011	2012	2011
DESPA DA SEDE	27%	36%	27%	36%
DAES	17%	3%	44%	39%
ASSAM	9%	1%	53%	46%
CRIANÇA FELIZ NATAL	8%	10%	61%	50%
RESTAURANTE CIDADÃO CAMPINAS	5%	6%	66%	56%
OUTRAS UNIDADES	34%	44%	100%	100%
TOTAL	100%	100%		

[Handwritten signature]

Despesas por Unidades



19 *Receitas de Convênio*

As receitas de convênio são composta pelos seguintes convênios:

	2012	2011
Cont. Gestão SECT/Tesouro	-	19.162.163,58
Cont. Gestão Fundo Prot. Rest. Goiânia e Anápolis	-	3.511.389,50
Conta. Gestão Fundo Protege - OECS	-	685.478,00
SEPLAN/FUNDES	3.606.317,30	-
Cont. Gestão SEGPLAN/Tesouro	52.382.299,97	18.755.357,39
Cont. Gestão SEGPLAN/Restaurante	9.960.600,00	3.320.210,00
Cont. Gestão SEGPLAN/OECS	1.292.609,94	430.879,96
CELG	-	114.000,00
SEMIRA	-	10.770,01
OVG/Benefícios Sociais – Cont. Gestão SEGPLAN	2.000.000,00	-
TOTAL	69.241.827,21	45.990.248,44

20 *Receitas de Doações*

A receita de doações está composta pelos seguintes grupos:

	2012	2011
Pessoa Jurídica	1.928.562,19	1.403.374,63
Fomentar	497.876,48	511.384,02
Pessoa Física	105.867,50	36.670,00
Vítimas das Enchentes no Rio de Janeiro	-	5.324,63
Embaixada do Japão	91.180,81	-
TOTAL	2.623.486,98	1.956.753,28




21 Receitas Eventuais

As receitas eventuais foram originadas da realização dos seguintes eventos:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Noite dos Corações de Ouro	46.500,00	544.500,00
Promoções Benéficas	13.856,50	9.695,00
Barra/Natal na Praça Cívica.	4.000,00	2.500,00
Venda de Bordados e Outros	18.950,00	10.422,00
Venda de Produtos Inservíveis	300,00	2.050,00
Outras Receitas	40.200,00	4.720,73
Jantar Beneficente	1.340.000,00	-
Casa Cor	40.211,00	-
Show Beneficente (Beatles)	149.600,00	-
Receita de Editais	226,80	-
TOTAL	<u>1.653.844,30</u>	<u>573.887,73</u>

22 Receitas de Financeira

A receita de doações está composta pelos seguintes grupos:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Descontos Obtidos	38.206,01	49,06
Juros Recebidos sobre Aplicações Financeiras	506.565,21	152.746,56
TOTAL	<u>544.771,22</u>	<u>152.795,62</u>

23 Cota Patronal INSS e Outras Receitas

O valor usufruído pela imunidade tributária referente a Cota Patronal INSS é de R\$ 4.087.011 (quatro milhões oitenta sete mil onze reais).

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Subvenção Federal - INSS Patronal	4.087.011,29	3.603.596,68
SAT	408.701,16	-
Terceiros	850.414,32	-
TOTAL	<u>5.346.126,77</u>	<u>3.603.596,68</u>

24 *Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEAS.*

Em 29/07/2009 esta Organização protocolou pedido de Renovação do Certificado beneficente de Assistência Social – CEBAS, pelo processo nº 71000.065051/2009-71, com período de validade da renovação de 01/01/2007 a 31/12/2009.

No dia 28 de junho de 2012, foi protocolado junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, sob o nº 71000.059778/2012-15, o pedido de Renovação da Certificação do período 01/01/2010 a 31/12/2012, requisito imprescindível para garantir a isenção da contribuição previdenciária até o julgamento do processo de Renovação.

Em 02 de julho de 2012, esta Organização recebeu o OFÍCIO nº 722/2012-CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, comunicando a esta Organização que em 15 de junho de 2012, com fundamento no Parecer Técnico nº 228/2012/CGCEB/DRSP/SNAS/MDS, o pedido de Renovação, referente ao processo nº 71000.065051/2009-71, foi indeferido pela Secretária Nacional de Assistência Social, Por meio da Portaria nº 361, cuja publicação no Diário Oficial da União se deu no dia 18 de junho de 2012.

No dia 17 de julho de 2012 esta Organização protocolou, tempestivamente, sob nº 71000.059820/2012-06, RECURSO contra a decisão de Indeferimento do Certificado Beneficente de Assistência Social – CEBAS, sendo que até a presente data esta Organização aguarda do Ministério de Desenvolvimento Social o julgamento do recurso contra o indeferimento da Certificação, daquele período.

A Organização das Voluntárias de Goiás – OVG é uma Organização de Assistência Social, conforme o seu Estatuto, tendo como principal fonte de recurso o Contrato de Gestão, firmado entre a SEGPLAN e OVG, para o custeio de suas Ações/Atividades oferecidas gratuitamente a sociedade em situação de vulnerabilidade sócio econômico.



Ressaltamos que não possuímos nenhum outro Convênio com órgãos ligados às atividades de Educação e/ou Saúde, portanto as demonstrações contábeis estão apresentando devidamente as atividades de Assistência Social.

Goiânia (GO), 31 de dezembro de 2012.



AFRÊNI GONÇALVES LEITE
Coordenador Geral



LUCIANO DANTAS
Coordenador financeiro



CELINA SILVA DE URZÊDA
Coordenador Administrativo



HELCA DE SOUSA NASCIMENTO
Coordenador Técnico



DANILZA DE JESUS LOURENÇO
Depto Contábil
CRC-GO 013632/0-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À
ORGANIZAÇÃO DAS VOLUNTÁRIAS DE GOIÁS - OVG
Goiânia – GO

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Organização das Voluntárias de Goiás, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da OVG – Organização das Voluntárias de Goiás é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causadas por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevantes.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causadas por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Organização das Voluntárias de Goiás em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



Grupo Work Auditores Independentes SS
CRC 0947 GO
Marcelo Alejandro Galindo Bravo
Contador CRC GO-015750/O-4



Goiânia-GO, 20 de março de 2013.

